

## UMA ANÁLISE SOBRE OS DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO: DE JOMTIEN/1990 A BRASÍLIA/2004

*Armando Daros Junior<sup>a</sup>*  
*Thuinie Medeiros Vilela<sup>a</sup>*

### Resumo

Este texto tem como objetivo discutir algumas questões da formação social e da localização do indivíduo frente ao mundo da mídia. O foco central está na discussão de questões emergentes no Brasil atual, sobretudo com relação à mídia e sua posição de simulacro. Procurou-se estudar os limites e as potencialidades dos indivíduos pobres - em uma sociedade excludente como a brasileira. Nosso objetivo foi também o de lançar luz sobre as dificuldades da grande parte da população brasileira; de colocar-se enquanto cidadãos/indivíduos desde os tempos da colonização com o sistema escravista de trabalho. A utilização deste tipo de mão de obra ainda determina os destinos de muitos. Para tanto nos utilizamos de alguns autores para referência, dentre os quais destacamos Guy Debord, Adorno, Horkheimer e Michel Certeau.

**Palavras-chave:** cinema, cidadania, sociedade espetáculo.

### Introdução

Em 1989, o economista John Williamson, pesquisador sênior do Institute for International Economics (Instituto de Economia Internacional), seus auxiliares, funcionários do governo dos EUA, de organismos internacionais e economistas latino-americanos reuniram-se em Washington, Estados Unidos, com o objetivo de elaborar uma lista de reformas nos planos econômico, administrativo e fiscal que possibilitassem a volta ao crescimento econômico dos países capitalistas periféricos, sobretudo os países latino-americanos, por estes apresentarem os valores mais elevados de dívida externa e maior proximidade à zona de influência econômica norte-americana. Este encontro ficou conhecido como *Consenso de Washington*.

Esta reunião não se trata, contudo, de uma articulação conspiratória para a dominação mundial: O “consenso” ao qual se refere o nome, está sobre a idéia dominante de reforma a ser aplicado aos países latino-americanos e que Williamson organizou baseado no pensamento vigente no centro do poder econômico, conforme enfatiza Fiori (2004, p.1): “É um fenômeno admirável. As principais burocracias econômicas do Tesouro norte-americano: o FAD, o FMI, o BID, o BIRD e, até um pouco as Nações Unidas; a academia que gira em torno de Washington, o que é que eu per-

cebo, disse John Williamson? Olho para todos os lados, leio, sinto e percebo que todos estão pensando a mesma coisa, isto é, todos estão propondo a mesma coisa. Há uma forte convergência”.

Segundo o plano, o primeiro passo a ser dado estaria na implementação de uma reforma e estabilização fiscal: Era necessário uma política fiscal austera, com corte de salários dos funcionários públicos, corte das contribuições sociais, demissões, flexibilização do mercado de trabalho, reforma da previdência social.

O diagnóstico na área educacional apontava para o insucesso das políticas estatais neste setor devido à incapacidade do Estado em gerir políticas públicas eficientes, tendo em vista o peso da máquina burocrática, a má aplicação dos recursos orçamentários, mal gerenciamento do sistema e formação insuficiente dos profissionais da educação.

Os organismos internacionais ligados à ONU, voltados à políticas de ação social e econômica: Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação(UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância(UNICEF), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe(CEPAL), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento(Banco Mundial ou BIRD), elaboraram planos destinados aos países membros para, simultaneamente, “corrigir” as distorções dos respectivos sistemas educacionais e adequá-los às necessidades de qualificação profissional contemporâneas: um trabalhador multifuncional, adaptado (e aberto) às rápidas mudanças tecnológicas, a um mercado de trabalho competitivo e a formação de uma base político-institucional que amparasse as transformações no modelo sócio-econômico.

A partir de 1990, estes organismos tomaram a iniciativa de organizar encontros mundiais com o objetivo de firmar, entre os países signatários, o compromisso de estabelecer metas para o incentivo à educação com ênfase no nível básico, aumento da oferta com qualidade e erradicação do analfabetismo. De acordo com estes compromissos, o Brasil elaborou seus planos (relacionados neste trabalho) no decorrer da década de 90.

### **1. Declaração Mundial Sobre Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, Tailândia, 1990)**

Assinada por 150 países e 150 organizações intergovernamentais, resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia, por iniciativa da UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial foi elaborada com o objetivo de estabelecer ações para a ampliação da educação básica de crianças, jovens e adultos e erradicação

do analfabetismo nos países signatários, como forma de promoção dos valores humanos, progresso pessoal e social através da aquisição de habilidades e competências que dessem oportunidade à inserção no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos em níveis superiores.

Ao estabelecer a prioridade sobre a educação básica, o documento aponta os obstáculos (num patamar de igualdade entre fatores sociais e econômicos) que os países enfrentam na tentativa de implementação de seus projetos: guerras, invasões, violência, aumento da população, causas tão graves quanto o peso do pagamento da dívida externa pelos países em desenvolvimento.

Face à impossibilidade de resolução em curto espaço de tempo de questões tão complexas, o acordo propõe um novo projeto para problemas antigos: uma nova forma de se ampliar, organizar, comunicar e entender a educação básica através da adaptação e adequação ao modelo econômico vigente.

Para que os projetos para expansão da educação básica conseguissem ir além dos atuais níveis, o acordo relaciona cinco metas a serem desenvolvidas:

- “Universalizar o acesso à educação e promover a equidade” (Unesco, 2003, p.74): O documento enfatiza a necessidade de se ofertar a educação básica universal a jovens, crianças e adultos com ênfase na educação das meninas e mulheres como forma de erradicação dos preconceitos e estereótipos. O fato é que, as condições sócio-econômicas encontradas neste grupo, também reduzem a possibilidade de melhorias substanciais em seu nível de vida: “As Nações Unidas alertavam, em 1990, que a pobreza era a principal causa de morte na América Latina (aproximadamente 1,5 milhão de mortes por ano), atingindo 2 mil crianças por dia; sendo que as mulheres responsáveis pela chefia de 40% das famílias da região são particularmente afetadas pagando grande parte da carga do ajuste” (Soares, 2000, p. 47).

Inclui ainda a necessidade de se atender, de forma indiscriminada, os grupos excluídos: pobres, índios, migrantes, minorias étnicas, raciais e lingüísticas, portadores de deficiência, bem como povos afetados pela guerra.

- “Concentrar a atenção na aprendizagem” (Unesco, 2003, p.75):

Significa um aprendizado que leve em conta a formação de valores, aptidões, potencializando as possibilidades do indivíduo e para tanto é necessário que se criem sistemas e avaliação de desempenho que possibilitem a medição destes avanços<sup>3</sup>.

- “Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica” (Unesco, 2003, p.76):

Descreve as possibilidades de se estender o raio da ação da educa-

ção básica através de outros meios, formais e não-formais, compreendendo a televisão (não se discute a função da televisão), o rádio e outros meios de telecomunicação, embora entenda este tipo de ensino como complementar (nessa época ainda complementar) ao ensino tradicional.

• “Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem” (Unesco, 2003, p.77):

O documento alerta para a necessidade, simultaneamente, de programas que atendam às crianças e seus responsáveis adultos, bem com uma assistência médico-psicológica e nutricional aos envolvidos no processo de aprendizagem.

• “Fortalecer alianças” (Unesco, 2003, p.77):

Reconhece-se a impossibilidade do Estado em arcar com todas as despesas financeiras dos programas educacionais, mas não questiona o porquê desta impossibilidade. Incentiva-se as parcerias, não só em planejamento, comunicações, mas também nos gastos, entre os setores governamental, não-governamental e privado.

Embora a “linha” político-institucional da Declaração de Jomtien pareça contraditória em decorrência de características, ora ligadas às reordenações do novo modelo econômico-social (equidade, sistemas de avaliação qualitativa, parcerias), ora ao *Welfare State* (apoio integral ao aluno, melhoria nas condições do pessoal docente, amparo às minorias) o documento reflete o momento histórico no qual a Declaração se insere. É o período em que muitos dos países signatários resistem em abandonar as conquistas do *Welfare State*: “...um Estado com forte iniciativa no campo de políticas sociais redistributivas e com pronunciada intervenção por serviços e equipamentos sociais, fiador de controles tributários sobre o capital e articulador institucional de parcerias entre capital e trabalho...”(Netto, 1994, p.98).

## **2. Plano Decenal de Educação para Todos - 1993 (Governo Itamar Franco)**

De 10 a 14 de maio de 1993, em Brasília, o Ministro de Educação e Desporto (MEC) do Governo Itamar Franco, Murilo Hingel, promoveu a Semana Nacional de Educação para Todos, organizada por uma equipe executiva composta por integrantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e representantes do próprio MEC com o objetivo de elaborar o *Plano Decenal de Educação para Todos*, cuja primeira versão foi concluída em junho de 1993 e acrescentadas críticas e sugestões por ocasião da participação de entidades não-governamentais em reunião específica nos dias 4 e 5 de novembro, em acordo com o com-

promisso firmado em Jomtien.

Em linhas gerais, o documento aprovado segue os mesmos parâmetros estruturais dos conteúdos da Declaração aprovada em Jomtien, reiterando a necessidade de ampliação do alcance da educação básica quantitativa e qualitativamente, oportunidade de acesso com equidade a todos os cidadãos e erradicação do analfabetismo. Muda o eixo da causa dos problemas educacionais de um plano sócio-econômico para o administrativo, o que orienta a criação de um campo favorável de reformas por conta do reconhecimento das deficiências da educação brasileira: Altas taxas de analfabetismo, baixos salários e condições operacionais do corpo docente, além da atuação dos sindicatos que, conforme o documento: "...deixa sem solução conflitos e estimula o clientelismo, o corporativismo e o grevismo" (Brasil, 1992, p.25), baixa qualidade da educação (apesar de esforços para o aumento quantitativo).

Aponta as causas: Desigualdades sociais, aumento do fluxo migratório para as grandes cidades, esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico, ineficiência do Estado em promover políticas educacionais produtivas, modelo educacional obsoleto.

E apresenta a solução: Um "novo" modelo de gestão educacional com base na formação de parcerias, cooperação dos membros da comunidade escolar na execução das tarefas, capacitação e aperfeiçoamento dos professores e diretores, controle através de um sistema e avaliação e desempenho a fim de se alcançar uma educação de "qualidade" nos moldes dos projetos gestados dentro do próprio Ministério da Educação: "O programa 'Escola de Qualidade Total'(EQT) tem sido desenvolvido no Brasil por Cosete Ramos[a partir de 1992], coordenadora adjunta do Núcleo Central de Qualidade Total do Ministério da Educação.[...] Deste modo, a Escola de Qualidade Total começa a evidenciar-se como a tentativa mais séria de aplicar os princípios empresariais de controle de qualidade no campo pedagógico" (Gentili, 1999, p.143).

Em todas as etapas do programa observa-se o incentivo às parcerias e cooperação internacional, compatível com os princípios de gestão democrática da escola, se não omitisse o fato de ter sido utilizado como evasiva à desresponsabilização do Estado sobre a manutenção do ensino público.

A cooperação, sob a proposta EQT, possui características próprias: o Diretor transforma-se num agente incentivador de mudanças que ocorrem a partir da "boa vontade" dos participantes: "...a qualidade se decide no topo (direção da escola), mas se constrói de baixo para cima (o que é possível através dos comitês) [os comitês são os agentes de mudança na EQT]" (Ramos apud Gentili,1999, p.145). Cabe a ele também a tarefa de implementar um processo de relações baseadas no consenso, no não-an-

tagônico (o antagonismo é apontado como uma das causas do insucesso de planos anteriores).

Os sistemas de avaliação e desempenho têm um papel fundamental para os objetivos do Plano Decenal, é através deles que se podem medir os resultados da qualidade da educação ofertada (através de dados mensuráveis): "... é o caráter mensurável da qualidade o indicador que permite definir o grau de eficiência do sistema sendo sua dimensão de valor o ajuste às demandas de mercado" (Gentili, 1999, p.156). Quando não, o sistema de avaliação é, por si só, referência de qualidade.

O Plano Decenal incluiu em suas metas a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) através do trabalho conjunto entre a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a Coordenação de Planejamento Setorial (CPS) e a Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a finalidade de avaliar a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e promover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualidade educacional. Em Jomtien, 1990, afirmava-se a necessidade de se "... implementar sistemas de avaliação e desempenho" (Unesco, 2003, p.76).

Por fim, o padrão de qualidade sob a ótica do Plano Decenal introduz o conceito próprio da Gestão da Qualidade Total: a necessidade do aumento da produtividade através da diminuição da evasão e repetência escolar (relacionadas com o desperdício)<sup>4</sup>.

Os conceitos encontrados no Plano Decenal, qualidade na educação, sistemas de avaliação de desempenho, gerenciamento descentralizado, também compõem o conteúdo do documento elaborado pela CEPAL intitulado *Educação e Conhecimento: Eixo da transformação produtiva com equidade*.

### **3. Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade (Santiago do Chile, 1992)**

Embora sejam organismos com estrutura, organização e finalidades próprias<sup>5</sup> os documentos elaborados pela UNESCO, UNICEF e CEPAL para o planejamento educacional remetem à idéia comum da educação como base de retomada do desenvolvimento econômico tendo em vista as possibilidades de capacitação e readequação profissional às atividades do processo de produção e criação de um consenso para o novo modelo sócio-econômico a partir dos níveis básicos da educação: "A educação é percebida como um componente essencial ao desenvolvimento econômico à medida que exerce forte influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, aos padrões de consumo, a

adaptabilidade às mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento” (Oliveira, 1997, p. 79).

Após o enfraquecimento das teses do *Welfare State* que influenciaram a modificação nas orientações nos programas da CEPAL, o documento *Educação e Conhecimento* é estruturado com base na necessidade de implementação de um sistema educacional que possibilite o crescimento econômico com equidade social, sem a qual não seria possível pensar em desenvolvimento, através de um planejamento educacional de gestão descentralizada, sistemas de avaliação eficientes, intercâmbio, cooperação interna e externa à escola, profissionalização do corpo docente e reformas administrativas com ênfase na Qualidade Total.

A intencionalidade de reformas no sistema educacional vai além das aspirações de inclusão social do aluno e ensaia a estreita ligação com as necessidades do mercado de trabalho.

Para tanto, o documento apregoa a necessidade de se desenvolver um consenso nacional sobre uma reestruturação da ordem econômica, estampando quadros que mostram resultados de sucesso em vários países (ainda que não esteja bem claro os critérios utilizados para a escolha dos modelos) através da superação do atraso de tecnologia por meio do intercâmbio internacional, isto é, ao invés do investimento em áreas de pesquisa, é aconselhável, segundo o documento (Cepal-Unesco, 1993, p.159), importar a tecnologia já pronta dos países mais avançados a fim de se evitar o desperdício de recursos em áreas já desenvolvidas.

Na escola, o foco está voltado à gestão descentralizada, embora o documento insista na idéia da preparação do Diretor para estruturas de grande porte via competência administrativa. A passagem de um modelo de gerência centralizadora para uma gestão participativa e democrática ocorre a partir do Diretor<sup>6</sup>: é a partir dele que se reforçam as idéias de participação (e manutenção) da escola pela comunidade e o desenvolvimento de parcerias com o objetivo de diversificar as fontes de recursos para a escola.

A qualidade da educação deve ser mensurada através de um sistema de avaliação eficiente (dos alunos e da instituição) com vistas ao controle e não da perspectiva da tomada de decisões a partir dos resultados.

Quanto à profissionalização do corpo docente, o documento enfatiza a necessidade da “aceleração” e a formação voltada às necessidades práticas do mercado, ou seja, se em Jomtien foi reconhecida a necessidade de melhoria nas condições de trabalho do professor, a CEPAL agora, prioriza a redução nos gastos orçamentários.

#### 4. Declaração de Nova Delhi (Índia, 1993)

Os nove países mais populosos, Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito México, Nigéria, Paquistão e Índia assinaram em 1993, a *Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos*. O documento reitera as metas anteriormente estabelecidas pela Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien) como o reconhecimento do aumento quantitativo, porém insuficiente, da oferta de educação e a necessidade do crescimento qualitativo, o enfoque na alfabetização das mulheres, jovens e adultos para possível inserção no mercado de trabalho através da qualificação profissional, a necessidade do envolvimento dos diversos segmentos da sociedade no desenvolvimento de programas educacionais mais abrangentes e estabelece ações para atingir seus objetivos: a garantia de vagas na escola para toda criança, incremento de programas de alfabetização e educação de adultos, atenção especial à educação da mulher, aperfeiçoamento do “status”<sup>7</sup>, treinamento e condições de trabalho do magistério.

Entretanto, se a Declaração de Nova Delhi repete em grande parte as metas traçadas em Jomtien no plano educacional, ao mesmo tempo, deixa transparecer as dificuldades que, não só os nove, mas grande parte dos países em desenvolvimento, tem encontrado em implementar seus programas, já que os resultados do ajuste estrutural tiveram como consequência o aumento dos problemas sociais, levando seus representantes a firmarem o acordo mediante a inclusão da necessidade de reconhecimento por parte dos organismos de financiamento internacionais sobre a relevância do peso da dívida sobre a capacidade de investimentos na área educacional e a criação de condições concretas de amenização dos efeitos da dívida sobre a educação: “As instituições financeiras internacionais para que, sob o prisma de ajustes estruturais, reconheçam a educação como investimento crítico isento da imposição de tetos preestabelecidos e que promovam um clima internacional capaz de permitir aos países sustentar seu desenvolvimento sócio econômico” (Unesco, 2003, p.2).

Nova Delhi aponta um sensível avanço nas discussões sobre o problema da dívida externa sobre a área social: Se, em Jomtien, os países reconheceram que a dívida foi uma das dificuldades encontradas no avanço de novos projetos, três anos depois, os nove países mais populosos admitem que, caso não haja um tratamento diferenciado por parte dos credores para a questão educacional, os projetos tornar-se-ão inexecutáveis<sup>8</sup>.

Sobre a finalidade da educação, o texto também busca um modelo que possa combinar a possibilidade de formação profissional para combater à pobreza e aumento da produtividade sem, contudo, esquecer-se da

educação enquanto promotora dos “valores humanos universais”. Também subsiste a necessidade, já apontada em Jomtien, de um sistema educacional integrado com cuidados da saúde, nutrição e bem estar da família como ações complementares e necessárias ao sucesso dos programas.

### **5. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – 1995 (Governo Fernando Henrique Cardoso)**

Com o objetivo de corrigir as deficiências do Estado em implementar políticas públicas de grande porte e superar o já esgotado modelo econômico desenvolvimentista, o governo Fernando Henrique Cardoso aprovou, em 1995, o texto do *Plano Diretor* tendo em vista a intencionalidade do Estado em reformar seu aparelho administrativo com base no sistema denominado Gerencial, emergente na segunda metade do século XX, como superação dos modelos Patrimonialista e Burocrático de administração pública. As reformas estipuladas pelo Plano Diretor têm como princípio criar condições de maior “governança” em sincronia com ajustes orçamentários nas áreas social e econômica, a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade dos serviços sociais.

Embora o Plano Diretor considere o modelo neoliberal “inadequado e utópico” (Brasil, 1995, p.15) ao mesmo tempo, desenvolve um sistema híbrido de intervenção: “A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento”(Brasil, 1995, p.17). No mesmo texto:

Neste plano, entretanto, salientamos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamamos este processo de “publicização” (Brasil, 1995, p. 17-18).

A idéia proposta é que, ao Estado cabe o papel de incentivador e regulador de parcerias com o setor público não-estatal que desenvolverá, portanto, o financiamento nas áreas não exclusivas do Estado. De concreto, a retração dos gastos públicos com a educação não teve a contrapartida esperada do setor público não-estatal, além disso, áreas nas quais o retorno financeiro indicou maiores possibilidades foram

encampadas pela iniciativa privada.

Nos demais níveis de ensino, o programa Comunidade Solidária, presidido pela Primeira Dama Ruth Cardoso, promoveu projetos de parcerias com os vários segmentos da sociedade civil.<sup>9</sup>

A racionalização dos recursos e a pretensa redistribuição nos moldes da Administração Gerencial resultou num aprofundamento da exclusão social nas escolas mais carentes que não estavam vinculadas a qualquer tipo de parceria: “Não se trata apenas de um problema de qualidade pedagógica, ainda que também o seja. Trata-se de um problema político e ético: nossas escolas serão piores porque serão mais excludentes” (Gentili, 1998, p. 35).

## **6. Educação: Um Tesouro a Descobrir/ Relatório Jacques Delors (Paris, França, 1996)**

Passados 7 anos do Consenso de Washington, os países em desenvolvimento já percebiam os efeitos na área social dos ajustes estruturais. No Brasil, a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada diminuiu de 56,9% em 1990, para 44,5% em 1999<sup>10</sup>.

Diante do quadro de crise na oferta de empregos, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO elaborou o texto *Educação: Um tesouro a descobrir*, conhecido como Relatório Jacques Delors (organizador do texto), que utiliza um tom conciliatório, pautando-se na necessidade de adaptação do indivíduo a um mundo atingido por crises e conflitos, resultantes, em grande parte, do desemprego em níveis crescentes.

O relatório afirma a educação como um processo de formação pessoal durante toda a vida, não só no plano profissional, mas no desenvolvimento de habilidades, aptidões e valores que possibilitem o indivíduo a enfrentar um mundo repleto de conflitos, diversidade cultural e étnica: “Conscientes disto, e no âmbito deste relatório, fomos levados a retornar e a atualizar o conceito de educação ao longo de toda a vida de modo a conciliar a competição que estimula a cooperação que reforça e a solidariedade que une” (Delors, 2000, p.15).

Ainda que o enfoque não esteja na qualificação profissional, o relatório entende que parte do insucesso cabe à educação tradicional formalista que inviabiliza a rápida aquisição de saberes exigidos por um mercado flexível e diversificado, portanto enfatiza a necessidade de se ampliar a oferta de opções adequadas(e rápidas) em todos os níveis, ainda que o relatório priorize a educação secundária”.

Quanto ao professor, o relatório aponta a sua importância para o sucesso das ações porém, não deixa claro os meios efetivos de qualifica-

ção e valorização do profissional e também critique o espírito corporativo das organizações sindicais<sup>12</sup>.

Para que a educação atenda às necessidades de preparação para toda a vida, o relatório baseia o conhecimento necessário em quatro pilares:

*Aprender a conhecer:* Não basta apenas a aquisição de conteúdos, mas o domínio de instrumentos que possibilitem a compreensão dos diversos aspectos do mundo.

*Aprender a fazer:* Significa não apenas a qualificação profissional, mas a aquisição de competências que possibilitem o trabalho em equipe.

*Aprender a viver juntos:* Estimula a compreensão do outro, da compreensão da pluralidade e a capacidade de gerir conflitos.

*Aprender a ser:* desenvolver a personalidade e suas aptidões, raciocínio, memória, capacidade física, bem como agir com autonomia e responsabilidade pessoal.

Mas, para que as reformas educativas alcancem sucesso, o relatório aponta a necessidade de cooperação entre membros da comunidade local, os órgãos diretores, bem como a formação de parcerias e descentralização para mais rápida execução de reformas administrativas na escola.

O relatório transfere o peso maior do insucesso dos sistemas educacionais para a incapacidade na preparação do indivíduo para os conflitos sociais do meio onde vive e as necessidades de um mercado de mudanças tecnológicas constantes e variáveis, sem apontar as determinantes econômicas que resultam no fracasso da educação, bem como nos problemas sociais que impedem seus avanços. Se nos documentos de Jomtien, Santiago do Chile e Nova Delhi os problemas sociais estão divididos com o peso da dívida externa, o atual relatório não faz sequer menção sobre este problema.

O princípio norteador do texto é a adaptação a um mundo de incertezas com base nas qualidades pessoais desenvolvidas.

Embora as expectativas de alcance da equidade social e desenvolvimento econômico através da educação eram grandes no texto da CEPAL, não se pode dizer o mesmo do Relatório Jacques Delors: “Como ensinar o aluno a por em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução?” (Delors, 2000, p. 93).

### **7. Marco de Ação de Dakar - Educação para Todos: Atingindo Nossos Compromissos (Dakar, Senegal, 2000)**

Foi o texto elaborado pela Cúpula Mundial da Educação reunidos

em Dakar, Senegal no período de 26 a 28 de abril de 2000 com o intuito de garantir e ampliar a oferta de educação para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, bem como o aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser<sup>13</sup>. Reafirma os compromissos firmados em Jomtien (1990).

A Cúpula entendeu que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável e o estabelecimento da paz e a estabilidade entre países.

Dentre os principais objetivos do documento destacam-se:

- Assegurar o acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade<sup>14</sup> com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis<sup>15</sup>.

- Educação a jovens e adultos com aprendizagem apropriada para a vida e a programas de formação para a cidadania.

- Melhorar a qualidade de educação e excelência para todos.

Dentre as ações que possibilitam o alcance dos objetivos:

- Equidade de gênero na educação.

- Desenvolvimento de sistemas de administração e de gestão educacional que reconheçam a necessidade de mudar atitudes, valores e práticas<sup>16</sup>.

- Melhorar o *status*<sup>17</sup>, a auto-estima<sup>18</sup> e o profissionalismo dos professores.

- Implementar urgentemente programas e ações educacionais para combater a pandemia HIV/AIDS.<sup>19</sup>

Ainda que o documento levante a necessidade dos países reservarem recursos para a implementação de planos nacionais e regionais de acordo com os compromissos firmados, chama a atenção para que os organismos bilaterais e multilaterais, incluindo o Banco Mundial, países desenvolvidos e setor privado criem possibilidades para o financiamento, amortização das dívidas para o investimento em educação enfatizando a necessidade de doações para que os países menos desenvolvidos possam aplicá-las na execução de seus projetos educacionais, inclusive calculando o total reservado anualmente pelos países signatários: “U\$8 bilhões”<sup>20</sup> (Unesco, 2003, p.3).

## **8. Orientação Estratégica de Governo para o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) (Governo Luis Inácio Lula da Silva)**

O PPA não é um documento direcionado especificamente para o sistema educacional.

Trata-se da síntese das propostas de estratégia do Governo Luís Inácio Lula da Silva originados da Orientação Estratégica de Governo e pelas Orientações Estratégicas dos Ministérios e norteiam a elaboração de

programas e execução de ações de acordo com as promessas de campanha do Governo Lula da Silva:

O PPA 2004-2007 terá como objetivo inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego, crescimento ambientalmente sustentável, redução das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade[...]. As políticas e programas que darão substância a essa estratégia distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática (Brasil, 2003, p.5).

Dividido em três Megaobjetivos a serem alcançados, a educação encontra-se no Megaobjetivo I: Inclusão e Redução das Desigualdades Sociais. O documento aponta para os desafios à erradicação do analfabetismo, à inclusão e permanência de crianças e adultos e ampliação de vagas no Ensino Superior.

A *Orientação Estratégica de Governo* é o documento síntese que estabelece a direção a ser tomada pelo Plano Plurianual, regendo a definição dos programas prioritários na área social, investimento, infra-estrutura e desenvolvimento econômico.

Ainda que o documento realce o princípio do Estado como “condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico” (Brasil, 2003, p.4), percebe-se a inclusão de elementos presentes no Plano Diretor do Governo Fernando Henrique: “Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada” (Brasil, 1995, p.56).

E na *Orientação Estratégica de Governo*: “Isto nos leva ao segundo conjunto de medidas à necessidade de concentrar os investimentos públicos nas áreas que dificilmente serão atendidas pelo setor privado e de incentivar o investimento privado diretamente ou através de parcerias com o setor público nas demais áreas” (Brasil, 2003, p.10).

No que tange à educação, a *Orientação Estratégica de Governo* reconhece o estreito vínculo entre melhoria na distribuição de renda e a instrução/qualificação dos trabalhadores, já explicitada pelo texto da CEPAL, devido à importância da educação no processo de diminuição da pobreza sem a qual não é possível se pensar em retomada do desenvolvimento econômico.

Sobre o assunto pesquisa, a *Orientação Estratégica de Governo* contraria as orientações da CEPAL quanto à importação da tecnologia pronta

dos países desenvolvidos: “Sem prejuízo da pesquisa básica, a política de ciência e tecnologia terá ampla articulação com as demandas de inovação do setor produtivo e com as políticas industriais, buscando-se maior integração entre empresas, universidades e institutos de pesquisa” (Brasil, 2003, p. 21).

Quanto ao papel do Estado, ao contrário da afirmação de ineficiência e insuficiência no desenvolvimento de políticas públicas apontadas pelos documentos internacionais (Da UNESCO, UNICEF e CEPAL) e nacionais (Plano Diretor e Plano Decenal) a Orientação Estratégica de Governo reafirma o papel central do Estado enquanto agente de políticas sociais: “Será promovido um gigantesco esforço de desprivatização do Estado [sem grifo no original] colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados (Brasil, 2003, p.26).

A Orientação Estratégica de Governo foi estruturada através da composição de elementos (contraditórios) de caráter liberal (parcerias com a iniciativa privada) com elementos do *Welfare State* (reafirmação do Estado), resultado de um processo de alianças com setores políticos conservadores e, ao mesmo tempo, apoio popular para construção de um projeto alternativo para o país.

## 9. Conclusão

A ruptura com o modelo anterior (*Welfare State*) resultou na necessidade de um elaborado discurso, baseado na resignificação/apropriação de termos, conceitos e valores com o objetivo de se criar um consenso favorável nos segmentos da sociedade política e civil para aceitação das transformações no modelo sócio-econômico.

Não se trata de uma manipulação, *a priori*, feita por teóricos e especialistas com o intuito de desmantelar os sistemas educacionais atuais e destinar as classes trabalhadoras à ignorância e à submissão.

Trata-se de estabelecer novas relações entre mercado, educação e trabalho com base no modelo que ora caracteriza o modo de produção capitalista com o fim último de atender à demanda crescente de acúmulo de capital, mas que necessita de uma sustentação político-institucional que promova a assimilação desta idéia de modo amplo pela sociedade: “A presente ofensiva neoliberal precisa ser vista não apenas como uma luta em torno da distribuição de recursos materiais e econômicos (o que ela também é) mas como luta para criar as próprias categorias, noções e termos através dos quais se pode nomear a sociedade e o mundo” (Gentili, 1998, p.76).

Diante desse quadro de redefinições, pode-se utilizar, como exemplo, dois termos encontrados desde os textos da Educação para

Todos(Jomtien) à Orientação Estratégica de Governo(Governo Lula da Silva): Parcerias e equidade social.

Sob o prisma dos princípios democráticos e de valorização do ser humano, tanto um quanto o outro estão de acordo com as mais altas aspirações da sociedade e por este motivo são resignificados para, no primeiro caso, omitir a incapacidade do Estado em implementar políticas sociais públicas consistentes e no segundo, conceituar igualdade e equidade com o mesmo valor, o que é um equívoco, já que o termo, sob abordagem neoliberal descreve um tipo de pobreza “estável”: “Os pobres passam a ser uma nova ‘categoria classificatória’, eixo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de ‘pobre’ por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio de mercado existem ‘naturalmente’ ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora” (Soares, 2000, p.13).

Os efeitos (negativos) sociais causados pelos ajustes econômicos resultaram no reconhecimento pelos próprios organismos internacionais da necessidade de inclusão nos documentos de condições especiais para a execução das metas firmadas<sup>21</sup>, o que confirma a incapacidade dos países em desenvolvimento em, simultaneamente, saldar os juros da dívida externa e desenvolver programas educacionais de alcance universal.

A assinatura dos compromissos internacionais exige dos países signatários a obrigatoriedade no cumprimento das metas o que, na prática, percebe-se possuir muito mais um caráter “formal”, já que o único órgão que exerce poder de tomada de decisões de fato é o Conselho de Segurança da ONU (Onu, 1997, p.12). As restrições orçamentárias no gasto com a educação, as orientações político-ideológicas exercem um poder de veto ainda maior.

As determinantes econômicas, as transformações do mundo do trabalho e, conseqüentemente, nas relações político-institucionais exercem, de fato, a obrigatoriedade sobre a elaboração dos planos e sua implementação/implantação.

#### Abstract

This text has as objective to go over some subjects of the social formation and of the location of the individual before the world of the media. The central focus is in the discussion of some emerging subjects now in Brazil, mainly regarding the media and imitation position. It tried to study the limits and the poor individuals' potentialities - in an excluding society as the Brazilian one. Our objective also, was launching a solutiouon about the difficulties of the great part of the Brazilian population of placing themselves as citizens/individuals, since the age of colonization with slavery system in work. The use of this type of work

still determines the destinies of many. Doing such, we made use of some authors for reference, among them Guy Debord, Adorno, Horkheimer, and Michel Certeau are the main ones.

**Key-words:** movies, citizenship, spectacle society.

### Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Plano decenal de educação para todos*. Brasília, 1992.
- BRASIL. Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Câmara da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, 1995.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. PPA-plano plurianual 2004-2007: orientação estratégica de governo: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/planos.htm>> Acesso em: 14 nov. 2003.
- CEPAL- -UNESCO. *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. Santiago do Chile: UNESCO, 1993.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC-UNESCO, 2000.
- FIORI, J. L. O consenso de Washington. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/DireitosGlobais/Textos/consenso\\_w.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/DireitosGlobais/Textos/consenso_w.htm)> Acesso em: 18 jan. 2004.
- GENTILI, P.A.A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILI, P.A.A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora educacional. In: GENTILI, P.A.A.; SILVA.T.T.(orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p 113-177.
- OLIVEIRA, D.A. *Educação e planejamento: a escola como núcleo de gestão*. In: \_\_\_\_\_. *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 65-101.
- ONU. Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil. *ABC das Nações Unidas*. Rio de Janeiro, 1997.
- NETTO, J.P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1994.
- SOARES, L.T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000. (Questões da nossa época, 78).
- UNESCO. *Publicações: documentos de compromissos internacionais da UNESCO*. Disponível em <<http://www.unesco.org.br/index.htm>> Acesso em: 14 nov. 2003.

**Notas:**

1 Graduando do curso de Pedagogia, Unioeste/ Foz do Iguaçu. End: Caixa Postal 1051, Foz do Iguaçu, CEP: 85863-900. Tel: (045) 5745171. E-mail: darosjunior@bol.com.br

2 Graduanda do curso de Pedagogia, Unioeste/ Foz do Iguaçu. End: Caixa Postal 1051, Foz do Iguaçu, CEP: 85863-900. Tel: (045) 5779634. E-mail: thuinie@fnn.net

3 O que caracteriza os sistemas de avaliação criados no Brasil como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional de Cursos (Provão).

4 No Welfare State, os padrões de qualidade na educação eram medidos segundo a quantidade de recursos aplicados, já a Qualidade Total relaciona a qualidade com o aumento de produtividade com o mínimo de recursos possível.

5 CEPAL – Trata-se de uma Comissão Econômica Regional, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e fortalecer as relações econômicas em suas respectivas regiões.

UNICEF – Ajuda a planificação, prestação de serviços, canalização de recursos financeiros em benefício das crianças.

UNESCO – Contribui para a paz e a segurança entre países mediante a colaboração entre as nações através de atividades complementares para o desenvolvimento nas áreas educacional, científica, cultural e econômica.

6 Nota-se a similaridade de pensamento com o Plano Decenal de Educação para Todos.

7 O termo não descreve com clareza o que vem a se considerar como status do professor.

8 Este questionamento foi pouco enfatizado no Plano Decenal de Educação para Todos, levando-se em consideração que o problema do peso da dívida externa é citado apenas no texto de introdução do Plano.

9 Como o projeto Amigos da Escola patrocinado pela rede Globo de Televisão que promove a participação voluntária da comunidade na escola.

10 Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dezembro de 1999.

11 Período no qual o adolescente se insere no mercado de trabalho e a formação da personalidade torna-se mais evidente.

12 O “problema” dos sindicatos já havia sido mencionado no Plano Decenal de Educação.

13 Os quatro pilares da educação de Relatório Jacques Delors.

14 Não se questiona, entretanto, se essa educação é pública, pública não-estatal ou privada.

15 No texto de Jomtien não há o termo “circunstancias difíceis” o que pode denotar ênfase de fato sobre o problema ou atendimento reduzido ou parcial voltado apenas a crianças que se encontrem nestas condições.

16 Não deixa claro o porquê da necessidade e quais são as atitudes, valores e práticas.

17 Novamente, utiliza-se um termo de significado amplo.

18 Remete-se à idéia dos problemas do professorado num plano psicológico, sentimentalista, não levando em conta os problemas salariais da classe.

19 O reconhecimento da UNESCO do crescimento do número de casos de AIDS (inclusive entre crianças) durante a década, originou até mesmo um relatório a respeito (*The Impact of HIV/AIDS on Education: A review of literature and experience*, 1994) e implicou na inclusão deste item na pauta do documento.

20 Tanto em Jomtien quanto em Nova Delhi a questão da necessidade dos países e organismos credores “criarem condições econômicas” para implementação dos projetos educacionais estava posta, embora em grau de prioridade diferente, mas em Dakar enfatiza-se a necessidade de doações aos países menos desenvolvidos levadas tão a rigor a ponto de se estabelecer cifras.

21 Das “fórmulas inovadoras e eqüitativas” em Jomtien, à fixação de cifras para doação aos países em desenvolvimento de Dakar houve uma ênfase crescente da necessidade dos credores internacionais tratarem a educação sob critérios diferenciados.

Data de recebimento: 06/04/2004

Data de aprovação: 15/05/2004